


**EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PUBLICA DA
COMARCA DE SOBRADINHO- BAHIA.**

PROTOCOLO Nº	DATA	HORARIO
	11/05/2012	13:45
		
SERVENTUARIO(A)		

José Carlos Carvalho da Silva, brasileiro, casado, funcionário público municipal, com domicilio nesta cidade na rua Salto Grande, nº 07, Vila Santana, portador do título de Eleitor nº 135.875.105 – 66, zona 66 seção 182 , com R.G. 2.214.891 e C.P.F.. 108.739.885 – 15, com o devido respeito à presença de V. Exa., propor, lastreado no artigo 5º, LXXIII da Constituição Federal/88 C/C artigo 1º e seguintes da lei 4717/65, a presente AÇÃO POPULAR contra GENILSON BARBOSA DA SILVA E MARIZALVA RIBEIRO DOS SANTOS, o primeiro atual gestor municipal domiciliado na Quadra N – 20, s/n Vila São Joaquim e a segunda sua companheira e secretária municipal de Ação Social, na forma do artigo 6º da lei 4717/65, expondo e requerendo o que se segue:

a) concedido com desobediência de quaisquer normas legais, regulamentares,, regimentais ou constantes de instruções gerias:

b) o valor dos bens dados em garantia, na época da operação, for inferior ao da avaliação.

IX - A emissão, quando efetuada sem observância das normas constitucionais, legais e regulamentadoras que regem a espécie.

DA COMPETÊNCIA

DO PEDIDO

Assim, por tudo exposto requer:

Que seja seguido o rito do artigo 7º da Lei 4717/65, com a citação do réu, para defender-se se quiser;

A intimação do representante do Ministério Público;

Requer, ante o *periculum in mora, fumus boni iuris*, *inaudita altera pars*, a *suspensão liminar do ato impugnado em consonância com o artigo 5º, parágrafo 4º da lei 4717/65,*

Que seja requisitada em conformidade com a letra *b)* do inciso I da lei acima citada, da prefeitura municipal os documentos imprescindíveis a ação, quais sejam, decreto de nomeação da Sra. Marizalva Ribeiro dos Santos.

Requer ainda que apos cumpridas essas fases que seja julgada procedente a ação, desconstituindo na forma do artigo 10 da lei 4717/65 o ato ora impugnado decretando a nulidade e a sua invalidade .

Requer ainda que seja transladada peças desta ação e encaminhadas ao Ministério Público Estadual para apuração de crime de improbidade administrativa vez que patente a Lesão ao erário, culminando com o afastamento cautelar do gestor do cargo que ora ocupa para preservação da moralidade administrativa.

Dá-se a causa o valor de R\$ 622, 00 para efeitos meramente fiscais.

P. Deferimento, Sobradinho-Ba, 08 de maio de 2012



Handwritten signature of José Carvalho da Silva in black ink. The signature is stylized and cursive, with the first name 'José' clearly legible. Below the signature, the full name 'José Carvalho da Silva' is printed in a standard black font.

José Carvalho da Silva